
Comentários sobre o livro "*O que é poder local?*"

Lilian Vergna Silva de Jesus*

lilivergna@gmail.com

Luciana Sedrinho Cordeiro*

spazio.luciana@hotmail.com

* SENAC e Centro Universitário Augusto Motta

BIOGRAFIA DO AUTOR - Ladislau Dowbor nasceu na França em 1941, filho de poloneses que, com o final da Segunda Guerra, emigraram para o Brasil. Mora em São Paulo desde 1954.

Exilado pela ditadura militar em 1970, ficou 10 anos no exterior, onde fez o mestrado e o doutorado em economia (Escola Central de Planejamento e Estatística, Varsóvia). Com a "Revolução dos Cravos" de 1974, em Portugal, passou a ensinar economia do desenvolvimento na Universidade de Coimbra. A partir de 1977, passou a trabalhar na montagem de sistemas de organização econômica, em particular na Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Nicaragua e Equador, no quadro das Nações Unidas.

Atualmente é professor titular nas pós-graduações de economia e de administração da PUC de São Paulo. É autor de mais de 40 livros, entre os quais "Democracia Econômica", "A Reprodução Social: propostas para uma gestão descentralizada," "Tecnologias do Conhecimento: os Desafios da Educação", todos pela editora Vozes.

Pela editora Senac publicou "O que Acontece com o Trabalho?" e as coletâneas "Economia Social no Brasil" e "Administrando a água como se fosse importante" (ed. Senac). Tem vários

livros publicados pela Editora Brasiliense, entre os quais O que é Capital (Coleção Primeiros Passos), Formação do Terceiro Mundo (Coleção Tudo é História), Formação do Capitalismo no Brasil.

Seus numerosos trabalhos sobre planejamento econômico e social estão disponíveis no site <http://dowbor.org>.

1. O PODER LOCAL

Nesse primeiro capítulo, Ladislau Dowbor discorre sobre o que é o poder local e onde ele está. A maioria da população foi condicionada a uma educação limitante, porém, o limite entre o saber e a ignorância aos poucos está sendo rompido. Devido ao avanço mercadológico das regiões, a população não pode ficar paralisada.

Os conhecimentos e as culturas são proporcionados em primeiro lugar através dos nossos familiares e sociedade em que estamos inseridos. Em segundo, é pelo que conhecemos dentro e sala de aula pelos mestres profissionais educacionais que nos orientam desde a infância até a fase adulta. Muitos se tornam o produto do meio que estão inseridos, e acabam que se embasam com o que é dito e visto; consideram isso como seu volante da vida. Outros se destacam com a curiosidade de sair dessa caixa que fora proposta, pois entendem que podem ir além. São essas pessoas que fazem a diferença em sua comunidade utilizando-se de recursos da educação e da tecnologia para o desenvolvimento local. Essas pessoas desejam um mundo melhor e não esperam por governos ou alguém para fazer algo em sua casa ou comunidade, elas simplesmente fazem. O poder local está baseado no poder que cada indivíduo possui, formando então uma população forte, que sabe o que quer.

Este cruzamento, entre os avanços tecnológicos e as formas de crescimento econômico por um lado, e as nossas necessidades como seres humanos, está no centro do debate. O que queremos é viver melhor, nas diversas dimensões do cotidiano, na linha do que urbanistas hoje chamam de liveability, que podemos traduzir por qualidade de vida. (DOWBOR. 2016. p.12)

Não podemos nos deter sobre pensamentos neoliberais nem ficarmos como estátuas a observar, se a população anseia qualidade de vida, crescimento econômico e aproveitar dos avanços tecnológicos devem ir a busca.

2. OS DESEQUILÍBRIOS HERDADOS

O autor retrata uma ideia de que há tempos a população mundial enfrenta uma desigualdade social e econômica, gerada tanto pelo fator econômico como por fatores de desequilíbrios ambientais, causados pela humanidade com fins lucrativos; porém geram lucros imediatistas e não a longo prazo que nos fazem perder o grande valor ambiental que de fato a natureza pode trazer à humanidade.

Até mesmo os países mais desenvolvidos sofrem com desigualdade social e não são capazes de mudar esse quadro sozinhos, pois se trata de uma desigualdade mundial. Nos países menos Desenvolvidos, bilhões de pessoas passam Fome. Por viverem em estado de miséria, a população vive em locais sem saneamento básico, o que leva a superlotação de hospitais, observa-se que um problema gera outro, isso é uma questão de gestão local, pois as populações mais pobres acabam por serem mais afetadas e sofrem com a falta de proventos para manterem-se e com a falta de hospitais. O pobre que vive em miséria não tem comida e saúde, que são questões básicas de sobrevivência.

Mesmo os países gerando lucros consideráveis, a situação continua a se repetir em populações mais pobres, pois se obtém lucros, porém a forma em que este dinheiro é destinado entre a população não é igualitária causando sempre impactos na população mais pobre. Entende-se que se trata de uma questão política e não de falta de dinheiro, o que nos leva à Reflexão sobre os interesses políticos em gerar lucros, não importando se esse lucro é a longo prazo ou a curto prazo; não importa que para gerar esses lucros tenham que acabar com nossa herança ambiental, não importa o futuro, sem pensar no amanhã ou no outro, e esses lucros sempre voltam para as população mais ricas.

O mundo produz atualmente perto de 10 mil dólares de bens e serviços por pessoa e por ano, o que significa que, com uma repartição um pouco mais

justa, poder-se-ia assegurar uma vida digna e normal para toda a população do planeta, sem miséria, sem fome, e sem as manifestações de violência que resultam da opressão. (DOWBOR, 2016, p.17).

Devido ao grande desenvolvimento dos países centrais, que dispõem de ampla infraestrutura econômica e social, geram em sua população uma qualidade de cultura técnica e novos conhecimentos, permitindo a ampliação de novas tecnologias neste novo milênio. É também o que nos leva entender a importância da qualidade da educação para se obter um desenvolvimento qualitativo dentro do desenvolvimento local.

O autor não faz compreender que, existe uma necessidade de intervenção mundial com um consenso entre países, estados, sociedade, empresas e sociedade civil para conseguir entrar num censo comum e reorganizar tantos desequilíbrios e obter uma sociedade igualitária e sustentável, os problemas não englobam apenas corrupção, mas também uma falta de comunicação entre as partes interessadas, e necessitam de ações tanto nacional como global para a conscientização de todos, por isso a prática de educação ecológica global é de suma importância para se obter qualidade de vida nos próximos anos, existe uma necessidade de se desenvolver de forma sustentável para que o amanhã possa existir, e existir com qualidade.

3. OS PARADIGMAS PERDIDOS

Nesse terceiro capítulo Ladislau Dowbor relata o quanto cada um de nós tem parte para o desenvolvimento local. O caminho para a solução não é colocar a culpa toda nos governos sejam eles, neoliberais, comunistas, capitalistas. Por conta da má distribuição econômica, percebemos que não é um caminho correto o governo sair privatizando tudo achando que vai resolver. Todos falam mal da gestão pública do governo, e a população onde se enquadra? Então, qual é a diferença do país rico e do país pobre economicamente? Será que são só os números? O PIB por exemplo, pode resolver tudo? Dowbor (2016) fala que as pessoas devem possuir um interesse em sua cidade a fim de construir um funcionamento de forma adequada. Se quisermos ver a mudança do nosso bairro, vila, cidade, temos que fazer a nossa parte, pois a democracia envolve a participação de todos.

4. URBANIZAÇÃO GESTÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

Ladislau Dowbor relata que o poder era absoluto, nos dias atuais alguns municípios rurais já possuem autonomia política e econômica para tomar suas próprias decisões. Podemos enxergar que a população mundial passou por um processo de urbanização despercebido, que gerou grande impacto na tomada de decisão das pequenas cidades.

Hoje, a população do nosso país ainda que trabalhem em zona rural, vive em zonas urbanas, que com o crescimento das novas tecnologias possuem mão de obra de economistas, arquitetos, engenheiros, e outros profissionais tão importantes quanto, que possibilitaram esse crescimento local, até mesmo municípios se tornaram urbanizados capazes de tomarem decisões em seu território municipal, essas pequenos municípios uma vez que se tornaram urbanos construíram as suas próprias infraestruturas, como por exemplo: escolas, hospital e saneamento básico, tornando-se independente do poder central rompendo, portanto, o paradigma de ordens centralizadas.

A descentralização favoreceu de forma empírica na organização desses municípios, pois na época em que essas decisões eram centralizadas dependiam de ordem Estadual ou Central, hoje a descentralização alcançou os municípios mais distantes, dependendo de decisões do poder local facilitando a ordem e crescimento desses municípios e desafogaram o centralismo.

De certa forma, estamos manejando uma máquina administrativa centralizada, típica do século passado, para um conjunto de desafios que exigem soluções de gestão participativa e descentralizada. Não há como um ministério saber quais são as necessidades e prioridades diferenciadas em 5.570 municípios de um imenso país. (DOWBOR, 2006, p.27)

Desta forma, podemos compreender que, a descentralização colaborou para a gestão mundial e qualidade de sobrevivência para as populações de pequenos municípios, favorecendo até mesmo a sobrecarga de decisões e ordens centralizadas.

5. A DEMOCRACIA LOCAL

Outra questão que nos chama atenção na leitura de Ladislau Dowbor é em ver a população se apoiar na bengala dos sindicatos empresarias para que seja porta voz das suas atitudes. Quando na verdade, o poder local deverá estar nas mãos do próprio cidadão. Como dito anteriormente é mais fácil de apoiar-se em alguém ou apontar culpados, do mesmo modo é mais fácil mudar de bairro, cidade ou país a fim de obter uma melhor qualidade de vida. A questão é porque ao invés de procurar mudança em locais fora do habitat, o cidadão não muda a si próprio a fim de transformar o que está em torno?

Dessa forma, ao invés de "fugir" o cidadão passa a participar de eventos locais que o próprio governo ou o próprio sindicato promove. Essa experiência proporcionará ao indivíduo e a população transparência de gestão por parte das organizações acima. Portanto, as informações serão compartilhadas e a democracia exercida e o poder participativo serão descentralizados introduzindo novas gestões e trabalhos como já vemos acontecer em algumas regiões.

A ligação entre a economia, educação e a tecnologia, poderá ser incluída nesse cenário que está favorável á mudança de crescimento. Os recursos tecnológicos se empregado á todos os setores educacionais, rurais e empresarias ajudaram ao menos favorecidos obter a igualdade de recursos que poderá ser explorado em currículos e materiais escolares que poderão ser acessados pelos alunos, pequenos empresários poderão vender e comprar pela internet. Dentre outras possibilidades.

Os recursos tecnológicos são ferramentas inovadoras de desenvolvimento e também formas do cidadão exercer o seu papel democrático na sociedade sem esperar que alguém faça por ele.

6. VANTAGENS E DESVANTAGENS

Para o autor, o poder centralizado possui a vantagem de um poder econômico maior, o que nos possibilita baixar custos e aumentar a produção, porém quando descentralizamos o poder econômico e políticos arcamos com vantagem de designar valores para solucionar problemas que são observados em pequenas escalas, pois são mais próximos da realidade local, gerando

nos municípios uma maior facilidade de desenvolvimento a quem de fato tem consciência da real necessidade.

Colocada como alternativa, a opção tem pouco sentido: o que tem sentido é entender o que deve ser feito em grande escala, e como deve ser controlado, e o que deve ser feito em pequena escala. O que deve ser centralizado e o que deve ser descentralizado, de forma que o conjunto das nossas atividades responda efetivamente ao que queremos. (DOWBOR, 2006, p. 36)

De forma objetiva entendemos que o real problema está na desigualdade social e em reconstruir a natureza que está sendo destruídos no longo desses anos, com objetivo de lucros imediatos fazendo com que se perca o real valor das florestas no longo da vida, esses fatores estão sendo vistos como ignoto para os políticos responsáveis pela gestão mundial.

Partindo deste princípio entendemos que, baseado no real problema, que é a desordem ambiental e a desigualdade social, manter o poder local torna-se extremamente satisfatório uma vez que, esses problemas solucionados trazem aos os próprios habitantes desses pequenos municípios, colher de forma mais real e próxima os frutos deste acontecimento.

Temos conhecimento que o êxodo rural sobrecarrega a urbanização, tanto no plano sócio econômico quanto nos efeitos nocivos da habitação, saneamento e ecologia. Porém nosso país possui uma quantidade de terras improdutivas nas mãos de poucos, enquanto muito que estão dispostos a produzir não tem terra. Esse contraste fica evidente, quando comparamos as terras dos grandes latifundiários e as de pequenos que realmente produzem proporcionalmente muito mais, a concentração de propriedade e a falta de oportunidades no meio rural é responsável direto da migração a centros urbanos. Esta realidade está presente em nosso país e transcende, é um verdadeiro absurdo que mais uma vez traz impacto na população mais pobre, e limita o crescimento local das pequenas cidades, causando impacto econômico tanto nas pequenas cidades, e segue refletindo em nosso país, porém o pobre mais uma vez é a principal vítima desse pensamento egoísta da gestão política.

7. BUSCANDO NOVOS CAMINHOS E PROPOSTAS

Segundo Dowbor (2016) almeja-se que todas as pessoas tenham acesso a internet afim de, obter transformação de interatividade. Esse almejo se amplia a setores como a limpeza urbana, as políticas públicas, as escolas, as universidades, todos os setores da economia inclusive na sustentabilidade com a captação de novos recursos.

A transparência nas informações, a interação e participação de todos na tecnologia traz a democracia e a evolução econômica do local por conta da agilidade de informações que são geradas pela internet.

Todo esse movimento visa trazer á tona novos e colecionáveis caminhos dos problemas ambientais, econômicos, na educação, na distribuição de renda, na saúde, na ordem pública, nas questões rurais. Dentre outras.

É importante destacar a constância desse desenvolvimento que a cada dia se avança trazendo transformações na gestão do espaço local.

8. MERCADO, PLANEJAMENTO E OUTROS

Ladislau Dowbor enfatiza que a importância do poder local acontece de forma conjuntiva, à união de variados mecanismos e que a privatização coletiva segue como um dos pontos necessários para um mercado planejado.

O mercado acontece de forma monopolista, o que impede a competição entre empresas e a barganha entre valores e custos de produção, causando impacto significativo economicamente falando, impedindo um planejamento amplificado.

É o caso da mecânica, por exemplo, onde as máquinas informatizadas permitem responder a necessidades individualizadas sem aumentar significativamente os custos. Em torno das grandes multinacionais produtoras de bens de consumo final, forma-se o “mercado induzido”, em que o mercado é moldado através de gigantescas campanhas publicitárias, sendo mais interessante para essas empresas adaptar o consumidor ao produto já lançado em outros países, do que responder a necessidades e níveis de renda diferenciados. (DOWBOR. 2006, p54,55)

O mercado hoje é visto como um setor financeiro que domina a economia mundial e interesses políticos trata-se um de mercado que possui planejamento central, que necessita de descentralização, pois a urbanização é um conjunto de grandes investimentos essenciais para um desenvolvimento organizado, porém permitir que a dominância desse mercado seja gerida por uma gestão centralizada não faz o menor sentido, haja vista que o nosso país possui matéria prima, que tem sua hiper valorização na exportação, quando na verdade deveria ser valorizado dentro do nosso próprio país, exemplo clássico é a nossa floresta amazônica.

Onde está a nossa madeira? Está promovendo desenvolvimento e urbanização em outros países, e gerando lucros externos, quando poderia estar trazendo impacto econômico qualitativo para nós mesmos, pensamento ignorante gerido pelos nossos governantes.

Ladislau Dowbor nos faz compreender que a centralização seja ela produtiva ou política não é uma boa solução econômica e igualitária para nossa população, a centralização urbana gera uma sobrecarga nas grandes capitais, que resultam em problemas sociais como aumento da criminalidade, impactos econômicos com aumento significativo da pobreza, e na ecologia pelo crescimento desordenado sem saneamento básico e infraestrutura de qualidade, impacto gerado por um mercado sem planejamento descentralizado.

O próprio mercado econômico se torna equivocado produzindo para exportação e deixando a desejar em qualidade e desenvolvimento interno, tal decisão é tomada pela gestão centralizada do nosso próprio país.

A má distribuição de renda e a falta de oportunidades de produção e trabalho no campo rural impede o desenvolvimento político e social de pequenos municípios. Já nas indústrias alocadas em grandes municípios, geram empregos se fossem ligadas de forma distributiva igualitária, gerariam condições de desenvolvimento em pequenos municípios assim evitando o êxodo para as grandes capitais. Ou seja, o planejamento de um mercado descentralizado e a distribuição e o crescimento ordenado do mercado produtivo, seria a solução dos grandes problemas sociais e econômicos, gerando um país mais justo e desenvolvido, trazendo emprego para grande população pobre que sofre com esse mercado monopolizado.

Se o mercado conseguir romper essa descentralização, terá sua matéria prima valorizada dentro do próprio país, e pode promover desenvolvimento urbanizado e economicamente produtivo. Compreendemos que, existe uma necessidade de erguer as mangas, e colocar as “mãos à obra” pois, os problemas não resolvem-se sozinhos, a solução está em reunir os mecanismos com planejamento de mercado que possa nos permitir de lucros igualitários a longo prazo, sem causar impactos ambientais, favorecendo um desenvolvimento expansivo que poderá atingir as pequenas e grandes cidades do nosso país, e esses lucros devem ser repartidos de forma coerente trazendo qualidade de vida para as populações mais pobres e ricas do nosso país.

9. O ENFOQUE DA SUB-UTILIZAÇÃO DE RECURSOS

Baseado no presente, para gerar um futuro para os nossos descendentes deve-se tomar decisões com base em uma visão ao longo prazo passando a utilizar de recursos disponíveis de cada município, então será possível a tomada de decisões justa e economicamente viável, a fim de, obter o desenvolvimento e defender os interesses dos municípios.

São quatro os fatores contribuem para um Brasil economicamente melhor. A terra, a água e os materiais de construção e não de obra humana.

O Brasil é rico em terras que poderiam ser mais bem explorada por cada região, porém o que percebemos é a não utilização e o não aproveitamento dessas terras. Dowbor (2016, p. 69) relata que:

Em outros termos, em vez de o empresário procurar desenvolver a produção, imobiliza a terra, na espera de que atividades de investimentos do Estado ou de outros empresários venham valorizar o seu imóvel. Como tem medo de perder a sua terra para alguém que efetivamente a faça produzir, exerce uma permanente vigilância sobre os possíveis “posseiros”.

O autor destaca com clareza o egoísmo de empresários que possuem terras para serem exploradas e que ao invés de explorar, ficam gastando seus recursos e tempos fiscalizando os possíveis invasores que por vez, são populações sedentas em utilizarem os recursos que se encontram engessadas.

Outro fator que é mal distribuído e pouco explorado é a água. O Brasil e seus municípios poderiam utilizar de seus recursos para o desenvolvimento de água potável. Por exemplo, a água pode favorecer a população na escassez de doenças e fortalecendo o trabalho rural, pois, plantios poderão ser feitos se tiver água para rega. A seca de há anos maltrata o Nordeste poderia ser eliminada, mas infelizmente isso pouco ou nada acontece.

Além de gerar saúde a população geraria a economia uma vez que além dos índices de doenças despencarem a economia iria se movimentar por conta de pessoas saudáveis e trabalhos sendo gerado com o abastecimento da água.

Para a extração do terceiro fator que é o material de construção o interessante é se o Brasil focasse em tecnologia para gerar captação de empresa especializada e em troca reduzisse a carga tributária como incentivos para essas empresas.

Além da extração desses recursos é necessária uma atenção especial quando falamos de pensamentos á frente (futuro). Não adianta uma empresa se instalar, extrair e depois abandonar aquela região e ir à busca de outra local. O trabalho tem que ser consciente. Pois se a empresa e governos extraírem os recursos e não se comprometer em cuidar posteriormente, muitos recursos não serão mais ofertados futuramente. Além de investimento para extrair, tem que haver um planejamento de controle e quem sabe um replantio quando se trata, por exemplo, da fauna. Que é um recurso renovável.

A fiscalização poderia se dar pelos próprios municípios dessa forma, seria mais viável entender necessidade local e fazer possíveis reposições para que todos os recursos e toda a população não sejam prejudicados.

Dependendo do nível da população local podemos observar a má utilização de recursos entre os indivíduos. Percebe-se a mão de obra do trabalhador sendo explorada de forma ou em lugares inadequados. Só por que a oferta de emprego está naquele setor específico, como forma de sobrevivência muitas pessoas se abdicam em exercer a sua real função para conseguir levar o alimento para casa e sustentar as suas famílias. Estão inaptos para tais funções, mas a necessidade fala mais alto. Portanto, outra questão importante seria quanto

ao investimento de mão de obra vindo de escolas, cursos de formação de profissional para que se eleve o nível de mão de obra qualificada. Pessoas que saem da sua real profissão e exercem outras desfoam e geram desequilíbrios para as áreas que estão necessitando delas.

Não é interessante para o município a dependência de apenas um setor e de uma mão de obra específica. Em curto prazo a demanda por determinado setor fica em alta, então todos buscam esse emprego, mas a pergunta é, e amanhã como ficarão esses trabalhadores?

Esse fator gera um desequilíbrio tanto para o desenvolvimento quanto para o trabalho que acaba se tornando um trabalho informal.

10. ORGANIZAR A PARTICIPAÇÃO

Ladislau Dowbor finaliza a escrita desse livro relatando que a descentralização urbana e econômica é o resultado do trabalho em conjunto da população de pequenas cidades e do mercado produtivo, para conseguir atingir tal abrangência exige um trabalho gradativo e atitude da população como um todo, porém existe uma carência de informações de conhecimento das novas tecnologias e administrativos, precisa-se de esclarecimento de como utiliza-las e administra-las, tal informação deveria ser gerada pela educação de qualidade para população dessas pequenas cidades e municípios, esse esforço exige atitude dos municípios para um crescimento organizado. Não existe um modelo de plano gestor a ser seguido, tudo dependerá da forma em que o município gera sua renda bruta, seja no setor rural, urbano, industrial, e da gestão política de cada município, este planejamento depende da realidade local para fluir de forma organizada, para tal acontecimento existe a necessidade da democracia acontecer.

Compreendemos que erroneamente as elites creem que a privatização seria a solução da centralização da renda, no entanto esta responsabilidade não é toda do estado, entendemos que uma série de implantações aprovadas pelas elites empreendedoras e os que defendem a centralização, não sai só à elite e sim os tecnocratas alegando a incapacidade administrativa. Nas últimas décadas as pequenas cidades evoluíram para a urbanização, aliados a inclusão da mão de obra feminina, sendo perfeitamente capaz de gerir e a administração local que contribuíram com grande êxodo para esta evolução.

Um importante passo para o desenvolvimento de planejamento descentralizado eficaz é a oportunidade que a população tem em se pronunciar antes que as ordens sejam deliberadas e executadas, pois do que adianta contestar atitudes que já foram executadas? A população deve ser respeitada e ouvida.

Mediante aos fatos entendemos que, a educação possui um importante papel, para levar as populações dos pequenos municípios conhecimento técnico e científico, e ajudar na solução de problemas municipais. As instituições de ensino locais podem promover pesquisa em território local, e desvendar soluções para melhoraria da qualidade de vida local e social dos moradores, colaborando com a organização e com o trabalho da gestão política responsável pela área. A educação pode ser difundida tanto no ensino fundamental, como no ensino médio e superior estimulando o próprio aluno morador daquele determinado município a conhecer as dificuldades vivenciadas e colaborar para o a solução e organização do perímetro.

Isto permite formar gente interessada na realidade do seu município, reduzindo a tendência para a emigração de quadros dinâmicos, na medida em que uma pesquisa voltada para o estudo do potencial econômico concreto do município faz aparecer oportunidades de intervenção e transformação, rompendo o clima de imobilismo que frequentemente prevalece em municípios do interior. (DOWBOR. 2006, p. 96)

A educação pode criar uma nova geração de jovens com conhecimento técnico e científico da sua própria região capaz de organizar e transformar seu município e podem ser futuros gestores daquela localidade, investir na educação desta forma pode gerar lucros á longo prazo com objetivo de crescimento, local impactando no crescimento de larga escala colhendo frutos de grande valia para nosso país.

Acredita-se que a divisão de municípios aconteceu de forma irregular e desordenada, tal divisão deviria ter acontecido de forma mais organizada baseando-se na quantidade de habitantes por região, e pela condição de vida de daquela determina sociedade, facilitando identificar os problemas vividos pela localidade e solucioná-los, isso permitiria em proporcionar infraestrutura e urbanização de melhor qualidade para os habitantes. Poderia

até mesmo haver representantes de bairros, facilitando a comunicação entre a sociedade local e gestores, expondo suas dificuldades locais, o que permitiria gerir esses problemas que são vividos em zonas rurais e que se encontram esquecidas pelas organizações políticas.

Compreendemos que, existe uma necessidade de representantes profissionais atuando em bairros, como por exemplo, profissionais da área da saúde que podem prestar informações esclarecedoras e de grande valia, sobre saúde e qualidade de vida o que permitiria desafogar a sobrecarga de hospitais superlotados, e levar qualidade de vida para os moradores daquele determinado bairro, impactando até mesmo na economia do nosso país, pequenas atitudes também podem gerar efeito cascata positivos em nossa sociedade, basta ter iniciativa.

O poder local, com os seus instrumentos básicos que são a participação comunitária e o planejamento descentralizado, constitui, nesse sentido, um mecanismo de ordenamento político e econômico que já deu as suas provas e é, sem dúvida, o grande recurso subutilizado no país. (DOWBOR. 2006, p. 103)

Entende-se que o Estado possui plano e intervenções organizacionais, porém não conseguem alcançar qualidade de execução dos mesmos em todos os municípios; portanto, delegar aos municípios e bairros algumas atividades colaborativas nesse processo pode aumentar a qualidade de vida social e econômica do nosso país.

REFERÊNCIAS

DOWBOR, Ladislau. *O que é poder local*. Imperatriz, MA: Ética, 2016.